



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO

008. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II – GEOGRAFIA (ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS E ENSINO MÉDIO)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de 01 a 04:



(Bill Waterson, "O Melhor de Calvin".

<https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>, 14.08.2025. Adaptado)

01. Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da tira devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) fizeram ... tornaram-lhe
- (B) fez ... tornaram-na
- (C) fez ... tornaram ela
- (D) fez ... tornaram-lhe
- (E) fizeram ... tornaram-a

02. As informações do 4º quadro permitem concluir corretamente que

- (A) o filho tem uma perspectiva de eficiência diferente daquela exposta pelo seu pai.
- (B) o filho e o pai defendem a ideia de que as máquinas deveriam ser mais eficientes.
- (C) o filho, assim como o pai, reconhece a eficiência das máquinas para suas vidas.
- (D) o filho e o pai acreditam que as máquinas gastam mais tempo do que o necessário.
- (E) o pai faz considerações sobre a máquina porque o micro-ondas é bastante lento.

03. Na tira, o termo empregado com sentido figurado é:

- (A) "Antigamente" (1º quadro).
- (B) "cliente" (1º quadro).
- (C) "instantâneo" (2º quadro).
- (D) "máquinas" (3º quadro).
- (E) "eternidade" (4º quadro).

04. A fala do pai no último quadro exprime um fato que poderia ter acontecido no passado, mas não se realizou. Ao reescrevê-la com uma perspectiva de que o desejo dele possa se realizar no futuro, essa fala deve assumir a seguinte forma:

- (A) Se nós quéríamos mais lazer, teríamos que inventar máquinas menos eficientes.
- (B) Se nós quisermos mais lazer, teremos que inventar máquinas menos eficientes.
- (C) Se nós queremos mais lazer, tivéramos que inventar máquinas menos eficientes.
- (D) Se nós quisermos mais lazer, tínhamos que inventar máquinas menos eficientes.
- (E) Se nós quisemos mais lazer, tivemos que inventar máquinas menos eficientes.

Leia o texto para responder às questões de 05 a 10:

Mais ambição para a primeira infância

Está previsto para o início deste mês o lançamento da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Publicado em junho de 2024, o decreto dava 120 dias para que um comitê intersetorial, formado por representantes de ministérios e da sociedade civil, propusesse um plano efetivo destinado à promoção e à proteção dos direitos de crianças de até 6 anos.

É importante dizer que o plano precisa ter a robustez compatível com seu papel histórico. É na primeira infância, afinal, que são dados os passos cruciais para o desenvolvimento infantil. Nessa etapa ocorrem os estímulos adequados que afetam, no longo prazo, indicadores de educação, saúde, trabalho, violência e desigualdade. E, embora sejam centrais na vida nacional, as crianças têm sido negligenciadas pelo País, apesar do que dizem a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância. O paradoxo explica o imperativo da política prometida: deve ser ambiciosa no propósito, criativa na estratégia, realista e integrada na governança entre União, Estados e municípios, consistente na concretude de suas metas e indicadores e, tão importante quanto tudo isso, detalhista nos métodos e nas ações propostas.

O Brasil tem hoje mais de 18 milhões de crianças na primeira infância, 55% das quais vivendo em famílias de baixa renda, e 60% que nunca frequentaram creche ou pré-escola, de acordo com dados apresentados ao governo pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e pelo Todos Pela Educação. Há, por baixo, 670 mil crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza ou extrema pobreza. Segundo o IBGE, em 2023, 45% das crianças brasileiras de 0 a 5 anos estavam em domi-

cílios com renda mensal *per capita* de meio salário-mínimo, enquanto entre a população geral o percentual é de 27%. Ou seja, a pobreza atinge mais as crianças do que os adultos. Indicadores perversos as colocam ainda entre os mais vulneráveis a saneamento precário, insegurança alimentar e educação deficitária.

Há boas ideias em discussão, mas a execução segue como o principal desafio. Entre as propostas mais promissoras está a criação de um sistema integrado de dados sobre a primeira infância, que permita o monitoramento por gestores locais e o diálogo direto com as famílias. O risco, no entanto, é repetir os equívocos da Caderneta da Criança: uma solução com baixa adesão e pouco alcance do público-alvo. Atualmente, os dados do desempenho escolar de uma criança, por exemplo, não são integrados com os da carteira de vacinação. As crianças brasileiras têm um número no sistema de saúde e outro no Cadastro Único, que identifica as famílias brasileiras de baixa renda e permite o acesso de famílias aos programas e benefícios sociais. A política pode apontar também informações e ações para a abertura de vagas em creches, ampliação da vacinação e uma espécie de frente nacional de atendimento a famílias carentes onde há crianças nessa faixa de idade.

(Editorial, <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 05.08.2025. Adaptado)

05. O editorial deixa claro que a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância consiste em um plano

- (A) audacioso, restringindo-se os benefícios à primeira infância para as crianças de famílias carentes.
- (B) abrangente, garantindo-se que os seus benefícios sejam estendidos às crianças com idade superior a 6 anos.
- (C) inovador, ampliando-se os direitos das crianças com a modificação da maioria das leis vigentes a elas destinadas.
- (D) complexo, considerando-se a necessidade de garantir às crianças o pleno desenvolvimento que lhes é de direito.
- (E) básico, limitando-se a ações cujo impacto nas carências infantis podem ser irrelevantes para a maioria das crianças.

06. O paradoxo citado no 2º parágrafo do texto diz respeito

- (A) à publicação do decreto em junho de 2024 em contraponto com o lançamento da nova política em 2025.
- (B) às leis existentes para salvaguardar as crianças em contraponto com a criação de uma nova política.
- (C) à relevância das crianças na vida nacional em contraponto com a negligência a que elas estão expostas.
- (D) a uma nova política para a primeira infância em contraponto com o pouco número de crianças nessa faixa etária.
- (E) à ambição da nova política em contraponto com integração da governança entre União, Estados e municípios.

07. Entre as propostas mais **promissoras** está a criação de um sistema integrado de dados sobre a primeira infância, que permita o monitoramento por gestores locais e o diálogo direto com as famílias. O risco, **no entanto**, é repetir os **equívocos** da Caderneta da Criança: uma solução com baixa **adesão** e pouco alcance do público-alvo. (4º parágrafo)

Sem prejuízo de sentido, as expressões destacadas no texto podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:

- (A) propícias; portanto; deslizos; procura.
- (B) adequadas; ademais; perigos; importância.
- (C) auspiciosas; porém; erros; aprovação.
- (D) relevantes; todavia; enganos; amplitude.
- (E) impactantes; então; transtornos; aceitação.

08. Considere as passagens:

- É importante dizer que o plano precisa ter a robustez **compatível com** seu papel histórico. (2º parágrafo)
- Segundo o IBGE, em 2023, 45% das crianças brasileiras de 0 a 5 anos estavam em domicílios com renda mensal *per capita* de meio salário-mínimo, enquanto entre a população geral o percentual **é de 27%**. (3º parágrafo)

Em conformidade com a norma-padrão de regência, as expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) adequada a; chega a.
- (B) necessária de; vai em.
- (C) equivalente com; atinge a.
- (D) conforme em; chega em.
- (E) prescindível de; vai a.

09. A colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Se dão, na primeira infância, os passos cruciais para o desenvolvimento infantil com os estímulos adequados.
- (B) Com o novo plano, garantiria-se o atendimento a famílias carentes onde há crianças na primeira infância.
- (C) Existem boas ideias em discussão, mas a execução delas tem mostrado-se como o principal desafio.
- (D) Hoje, os dados do desempenho escolar de uma criança não integram-se com os da carteira de vacinação.
- (E) Com base nos dados do IBGE, conclui-se que a pobreza hoje atinge mais as crianças do que os adultos.

10. O acento indicativo da crase está em conformidade com a norma-padrão em:
- (A) A Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, que teve o lançamento previsto para agosto de 2025, visa atender à todas as crianças com até 6 anos.
 - (B) Em 2024, a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância começou à ser analisada por representantes de ministérios e da sociedade civil brasileira.
 - (C) Publicado em junho de 2024, o decreto dava 120 dias à um comitê intersetorial, para que propusesse um plano voltado aos direitos da primeira infância.
 - (D) Uma das propostas mais promissoras corresponde à criação de um sistema integrado de dados sobre a primeira infância, que permita o diálogo direto com as famílias.
 - (E) 55% das crianças na primeira infância vivem em famílias de baixa renda, que não têm condições de garantir à elas frequência em creche ou pré-escola.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

11. Ao abordarem o planejamento do currículo escolar, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) apresentam alguns princípios práticos envolvidos nesse processo.

Na perspectiva dos autores, um bom currículo

- (A) privilegia as aprendizagens formais em detrimento das não formais.
- (B) ajuda a fortalecer a identidade pessoal e a subjetividade dos alunos.
- (C) opõe-se à proposta de uma base comum de cultura geral para todos.
- (D) atende integralmente às necessidades e expectativas da comunidade.
- (E) esforça-se para eliminar os efeitos do chamado *currículo oculto*.

12. Em sua discussão sobre o conceito de qualidade no contexto da Educação Infantil, Dahlberg, Moss e Pence (2019) problematizam diferentes ideias e práticas presentes nessa etapa do ensino escolar.

Uma dessas práticas é a documentação pedagógica, entendida pelos autores como

- (A) uma representação objetiva dos eventos escolares na qual se deve garantir fidedignidade.
- (B) uma exigência burocrática que contrasta com a perspectiva democrática.
- (C) um registro subjetivo feito pela própria criança, preferencialmente sem intervenção adulta.
- (D) uma construção social e política em que os professores também participam ativamente.
- (E) um conjunto privado e sigiloso de materiais e informações sobre a vida escolar do aluno.

13. Lerner (2002) afirma que distribuir os conteúdos no tempo é uma exigência inerente ao ensino. Especificamente em relação ao ensino da língua escrita, a autora apresenta a seguinte descrição sobre uma forma de distribuição do conteúdo:

“[...] propor, no começo, certas sílabas ou palavras e introduzir outras nas semanas ou meses consecutivos, graduando as dificuldades; no primeiro ciclo, apresentar exclusivamente textos de determinados gêneros e reservar outros para o segundo... O ensino se estrutura, assim, conforme um eixo temporal único, segundo uma progressão linear, acumulativa e irreversível.”

Segundo a autora, essa forma de ensinar

- (A) dificulta a escolarização da leitura, apesar de ser fiel à versão social dessa prática.
- (B) replica com exatidão o tempo e o ritmo da própria aprendizagem individual.
- (C) é especialmente bem-sucedida por evitar o parcelamento e a sequenciação do ensino.
- (D) diverge da função escolar, por visar à formação de uma comunidade de escritores.
- (E) entra em contradição com a natureza indissociável das práticas de leitura e escrita.

14. Com base nos argumentos de Martins (*In*: Facci; Abrantes; Martins, 2016), assinale a alternativa que apresenta uma asserção coerente com a perspectiva teórica de Vygotsky.

- (A) Conceitos científicos e conceitos espontâneos desenvolvem-se de forma análoga.
- (B) O desenvolvimento é um processo independente e não subjugado ao ensino.
- (C) A formação de novos conceitos reorganiza todas as funções psíquicas.
- (D) O desenvolvimento se dá a partir da similaridade entre processos biológicos e culturais.
- (E) Os signos exercem uma função simbólica não instrumental no desenvolvimento.

15. O documento da ONU intitulado *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável* (2015) elenca 17 objetivos de desenvolvimento sustentável a serem alcançados até 2030, como parte de uma agenda global.

Um dos objetivos previstos no documento é

- (A) promover a agricultura intensiva e extrativista, garantindo subsistência a todos.
- (B) assegurar a conclusão definitiva dos processos educativos antes da idade adulta.
- (C) promover formas laborais alternativas, fomentando o trabalho autônomo.
- (D) incentivar os modos de vida urbanos a fim de ampliar a qualidade de vida.
- (E) alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

16. Leia o excerto a seguir:

“[...] desejamos chamar a atenção para alguns aspectos que tratam da transformação do olhar do educador para os espaços escolares [...]. Acreditamos que há muito a ser feito no sentido de reconhecer esses espaços como lugares que favorecem diversos aprendizados e compreender o papel dos educadores no processo de desemparedamento de crianças, adolescentes e jovens.”

(Barros, org., 2018)

Em coerência com a perspectiva que subsidia o excerto, é correto afirmar que, na relação com os espaços escolares e os eventuais riscos que esses podem oferecer, os educadores devem

- (A) permitir riscos benéficos nos quais as crianças se engajam por livre escolha, conseguem dimensionar as consequências e lidar com elas.
- (B) possibilitar total liberdade de movimento e expressão às crianças, pois elas têm plena capacidade de discernir riscos que podem comprometer sua integridade.
- (C) evitar quaisquer situações que gerem riscos às crianças, compreendendo que a educação escolar deve ser, por essência, separada das situações educativas informais.
- (D) garantir espaços seguros e com riscos calculados de modo a privilegiar o exercício cognitivo, que é soberano na construção do conhecimento.
- (E) planejar intencionalmente a disposição de riscos às crianças, de modo a disciplinar o corpo infantil para o exercício intelectual e as exigências sociais futuras.

17. Ao discutirem diferentes propostas de aplicação do ensino híbrido, Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015) descrevem uma delas nos seguintes termos:

“[...] a teoria é estudada em casa, no formato *online*, e o espaço da sala de aula é utilizado para discussões, resolução de atividades, entre outras propostas. O que era feito em classe (explicação do conteúdo) agora é feito em casa, e o que era feito em casa (aplicação, atividades sobre o conteúdo) agora é feito em sala de aula. Esse modelo é valorizado como a porta de entrada para o ensino híbrido [...]”.

Essa descrição corresponde especificamente à proposta que os autores denominam

- (A) laboratório rotacional.
- (B) ensino domiciliar.
- (C) sala de aula invertida.
- (D) modelo *à la carte*.
- (E) modelo virtual enriquecido.

18. Segundo Moran (*In*: Bacich; Moran, 2018), o contexto contemporâneo é marcado por uma vasta oferta de oportunidades de aprendizagem fora das instituições formais.

De acordo com os argumentos do autor, algo que a educação formal precisa fazer se quiser continuar sendo relevante é

- (A) personalizar integralmente o ensino para cada aluno e reduzir o recurso à coletividade.
- (B) desencorajar o consumo de conteúdo informal disponibilizado nas redes digitais.
- (C) automatizar o processo de ensino, amplificando o alcance da escola por meio da inovação.
- (D) incorporar e combinar caminhos individuais, colaborativos e tutoriais de aprendizagem.
- (E) incentivar o autodidatismo, suprimindo progressivamente ações de orientação e supervisão.

19. Em coerência com a política de educação especial atualmente vigente no Brasil, Ropoli *et al.* (2010) defendem que a escola comum se torna inclusiva quando

- (A) promove diferenciação pela deficiência, aderindo ao paradigma da *escola dos diferentes* como solução privilegiada para atender às necessidades dos alunos.
- (B) reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.
- (C) entende as diferenças como resultantes da diversidade, assumindo que todas as identidades são estáveis, permanentes, acabadas e, portanto, legítimas.
- (D) busca se alinhar às *escolas-padrão*, reconhecendo que essas escolas expressam um ideal pedagógico de qualidade a ser aplicado em qualquer contexto escolar.
- (E) evidencia uma atuação pedagógica pautada na centralidade dos currículos adaptados, do ensino diferenciado e da terminalidade específica.

20. Conforme a *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva* (Brasil, 2008), o atendimento educacional especializado

- (A) deve ser ofertado no mesmo turno da classe comum.
- (B) tem caráter substitutivo ao ensino regular.
- (C) é equivalente às classes especiais.
- (D) disponibiliza programas de enriquecimento curricular.
- (E) é obrigatório e deve iniciar-se no Ensino Fundamental.

21. Kramer (*In*: Brasil, 2007), em texto que aborda a construção histórica da infância e o conceito de cultura infantil, analisa alguns desafios que se apresentam à educação de crianças, seja na Educação Infantil (EI) ou no Ensino Fundamental (EF).

Conforme a autora, é correto afirmar que

- (A) EI e EF se articulam por meio da experiência com a cultura.
- (B) a EI é, essencialmente, uma preparação qualificada para o EF.
- (C) EI e EF, do ponto de vista da criança, são níveis de ensino fragmentados entre si.
- (D) EI e EF devem ser dissociados, sinalizando à criança a diferença entre as duas etapas.
- (E) EI e EF são instâncias de formação instrucional e não de formação cultural.

22. Leia o excerto a seguir, extraído da *Base Nacional Comum Curricular* (Brasil, 2017):

“[...] a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender _____ desse desenvolvimento”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, considerando as concepções de educação integral e de desenvolvimento humano que embasam o documento.

- (A) o caráter contingente e arbitrário
- (B) o propósito utilitário e cosmopolita
- (C) a primazia afetivo-emocional
- (D) a universalidade atemporal
- (E) a complexidade e a não linearidade

23. O Complemento à BNCC referente à área de Computação (Brasil, 2022) apresenta orientações para a inserção dessa temática na Educação Básica. Em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, o documento se organiza em três Eixos a partir dos quais são distribuídos os objetivos de aprendizagem e as habilidades previstas.

Com centralidade estruturante nas diretrizes do documento, os três Eixos são, especificamente:

- (A) programação, robótica e inteligência artificial.
- (B) pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.
- (C) redes virtuais, empreendedorismo digital e sociabilidade virtual.
- (D) automação, aprendizagem digital e inovação tecnológica.
- (E) gamificação, metaverso e *storytelling*.

24. O *Currículo Jundiaense* voltado ao Ensino Fundamental (Jundiaí, 2022) apresenta a perspectiva do município sobre avaliação da aprendizagem.

A esse respeito, é correto afirmar que o documento recomenda evitar instrumentos avaliativos

- (A) de caráter diagnóstico.
- (B) com o objetivo de coletar de dados.
- (C) com finalidade seletiva.
- (D) heterogêneos ou dialéticos.
- (E) orais ou não escritos.

25. Por ocasião da Pandemia de Covid-19, em 2021 foi lançado o *Guia de Aprendizagem ao Ar Livre em Jundiaí*. No documento, o direito ao meio ambiente saudável é abordado como um direito

- (A) que deve compor o currículo, embora não se aplique às edificações escolares.
- (B) previsto constitucionalmente como fundamental, além de inalienável.
- (C) instituído circunstancialmente durante a fase pandêmica.
- (D) ainda não reconhecido na legislação, mas necessário.
- (E) juridicamente incompatível com o direito ao bem comum.

CONHECIMENTOS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

26. De acordo com a Constituição Federal, art. 206, o ensino será ministrado com base no seguinte princípio, entre outros:

- (A) liberdade de expressão e de ensino, desde que compatível com a ideologia oficial adotada pelo Estado.
- (B) uniformidade de ideias e de concepções pedagógicas, garantida a unidade pedagógica nacional.
- (C) permanência na escola pública condicionada à frequência escolar e à capacidade acadêmica dos educandos.
- (D) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- (E) gestão meritocrática do ensino público, mediante escolha dos diretores por representantes da comunidade local.

- 27.** Conforme a Lei Federal nº 9.394/96, art. 13, os docentes incumbir-se-ão de, entre outros,
- (A) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
 - (B) realizar visitas domiciliares para verificação de frequência e conduta dos educandos.
 - (C) definir o calendário escolar e a carga horária anual dos alunos da unidade de ensino.
 - (D) fixar as normas disciplinares gerais da escola, encaminhando-as para a ciência da equipe gestora.
 - (E) controlar a frequência e aplicar sanções a pais ou responsáveis por reiterada ausência em reuniões.
- 28.** Em uma escola pública de ensino fundamental, constatou-se que uma das crianças era vítima de maus-tratos, em casa, por familiares.
- Diante dessa situação, conforme a Lei Federal nº 8.069/1990, art. 56, o dirigente do estabelecimento de ensino deve
- (A) ir à delegacia para registrar boletim.
 - (B) afastar a criança do convívio familiar.
 - (C) comunicar o caso ao Conselho Tutelar.
 - (D) convocar urgentemente os pais para uma reunião.
 - (E) resolver internamente o caso com a equipe gestora.
- 29.** Conforme a Lei nº 13.257/2016, art. 4º, as políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e dos bebês que nasceram em condição de risco, no que se refere aos aspectos físico, cognitivo, psicoafetivo, social e cultural, de forma a priorizar o processo de
- (A) ensino e aprendizagem centrados em conteúdos curriculares.
 - (B) assimilação de regras de conduta mediante exercícios disciplinares.
 - (C) interação e comunicação mediante atividades significativas e lúdicas.
 - (D) aprendizagem e desenvolvimento por meio de atividades individuais.
 - (E) construção de conhecimento mediante tarefas de observação e reprodução.
- 30.** Depois de uma longa disputa judicial, a professora Maria, que havia sido demitida de uma escola pública municipal de Jundiá, voltou a ocupar o mesmo cargo que exercia antes. Além de reassumir suas aulas, ela recebeu todos os salários e benefícios correspondentes ao período em que esteve afastada, com o reconhecimento do tempo de serviço e demais direitos ligados à função.
- Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Jundiá (Lei Complementar nº 499/2010), este é um exemplo de
- (A) reversão.
 - (B) nomeação.
 - (C) readaptação.
 - (D) reintegração.
 - (E) aproveitamento.
- 31.** De acordo com o Estatuto do Magistério Público Municipal de Jundiá (Lei Complementar nº 511/2012), art. 46, um dos deveres dos servidores públicos do magistério é
- (A) manter o espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e a comunidade em geral.
 - (B) substituir, sempre que necessário, a função da família na orientação moral e afetiva do estudante.
 - (C) fornecer material pedagógico de uso pessoal (cadernos, lápis, borracha) aos estudantes carentes.
 - (D) prover atendimento psicológico aos alunos que apresentarem dificuldades emocionais durante as aulas.
 - (E) garantir a formação religiosa do aluno, promovendo cultos e celebrações dentro do horário regular de aulas.
- 32.** Conforme o Decreto nº 33.518/2023 (Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica de Jundiá), art. 70, _____ é um órgão de representação da comunidade escolar, constituindo-se num espaço de diálogo, discussão e participação; é de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, formado(a) por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.
- (A) o Conselho Escolar
 - (B) o Grêmio Estudantil
 - (C) o Conselho de Ciclo
 - (D) o Diretório Acadêmico
 - (E) a Associação de Pais e Mestres (APM)

33. De acordo com o Decreto nº 23.740/2012 (que institui o Código de Ética do Servidor Público Municipal de Jundiá), art. 8º, em caso de infração ética, o Código sujeitará o infrator à sanção de

- (A) suspensão imediata aplicada pela chefia direta sem contraditório formal.
- (B) censura verbal aplicada pela Comissão de Ética após procedimento sumário.
- (C) advertência escrita aplicada automaticamente pelo setor de recursos humanos.
- (D) demissão sumária aplicada pelo Prefeito em exercício e em caráter irrevogável.
- (E) multa administrativa aplicada pela Comissão de Ética, com direito ao contraditório.

34. Conforme a Resolução nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, art. 9º, a escola de qualidade social adota como centralidade

- (A) o professor e o ensino.
- (B) a avaliação e o reforço escolar.
- (C) o estudante e a aprendizagem.
- (D) a gestão democrática e o currículo.
- (E) o planejamento e o projeto pedagógico.

35. Conforme a Resolução nº 7/2010, art. 33, os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de

- (A) funcionar como mecanismo de controle do comportamento dos alunos, reforçando a autoridade do professor em sala de aula.
- (B) subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos.
- (C) validar a eficiência da escola por meio das notas altas obtidas, tomando o desempenho estatístico como indicador exclusivo de qualidade.
- (D) servir como instrumento de classificação hierárquica entre os estudantes, destacando os que apresentam melhor desempenho.
- (E) viabilizar a identificação dos alunos com menor capacidade de aprendizagem, permitindo que sejam separados para reforço escolar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36. O mundo das águas na Amazônia é o resultado direto da excepcional pluviosidade que atinge a gigantesca depressão topográfica regional. O grande rio, ele próprio, nasce em plena cordilheira dos Andes, através de três braços, onde existem precipitações nivais e degelo de primavera, a mais de quatro mil metros de altitude. Fora este setor andino restrito e localizado, o corpo principal da bacia hidrográfica depende de um regime hidrológico totalmente pluvial.

(AB'SABER, Aziz. *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Adaptado)

A Amazônia é um exemplo notório de como clima, relevo e hidrografia estão integrados. O imenso “mundo das águas” da Amazônia, de acordo com o excerto, resulta da combinação entre

- (A) a planície regional rebaixada e a ampla pluviosidade.
- (B) o relevo serrilhado regional e a grande precipitação nival.
- (C) a sazonalidade das chuvas equatoriais e a infiltração das águas subterrâneas.
- (D) o degelo andino nas cabeceiras do rio e o regime hidrológico fluvial.
- (E) a altitude elevada da planície amazônica e a constância dos ventos equatoriais.

37. Não raro, em alguns setores deste domínio, estendem-se continuamente pelo setor aluvial central das planícies, deixando lugar para corredores herbáceos nos dois bordos da galeria florestal, arranjo fitogeográfico reconhecido pelo nome popular de veredas. Tal situação corresponde a casos em que predominam sedimentos arenosos nos bordos das planícies de inundação. Por essa razão, as veredas se comportam como corredores de formações herbáceas rasas, no fundo lateral das planícies de inundação onde existem réstias subatuais de areias mal pedogenetizadas (regossolos planos).

(AB'SABER, Aziz. *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Adaptado)

As veredas são típicas do domínio

- (A) da Caatinga.
- (B) das Araucárias.
- (C) dos Cerrados.
- (D) dos Mares de Morros.
- (E) da Amazônia.

38. Caracterizado como um país de população jovem, o Brasil apresentou até 1970 uma estrutura etária praticamente constante, mantendo estáveis os maiores percentuais da população de jovens (até 14 anos) e adultos (de 15 a 64), e os menores percentuais da população de idosos (maiores de 65 anos). A partir de então, e fruto da queda de fecundidade iniciada em meados da década de 1960, o grupo de jovens passou a cair e a representar cada vez menos no cômputo geral da população, abrindo, assim, espaço para o aumento da importância relativa dos idosos: fenômeno já observado em 1998 nos países mais ricos, no Brasil os idosos superarão os jovens só por volta de 2040.

(BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica.

In: SACHS, I. et al (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Adaptado)

O fenômeno descrito por Elza Berquó tem implicações profundas nas dinâmicas demográficas das sociedades. Afirma-se, em relação ao fenômeno e suas consequências, que

- (A) a expansão da base da pirâmide etária exige maior oferta de vagas escolares.
- (B) o envelhecimento da população assegura a manutenção do bônus demográfico.
- (C) a queda da taxa de fecundidade restringe a expectativa de vida ao nascer.
- (D) a transição demográfica pressiona o sistema de saúde e previdência.
- (E) o aumento da expectativa de vida caracteriza a ampliação da População Economicamente Ativa.

39. A história da Geografia como disciplina escolar tem início no século XIX, quando foi introduzida nas escolas com o objetivo de contribuir para a formação dos cidadãos a partir da difusão de certa ideologia, em franca sintonia com os interesses dos vários Estados-Nações.

(CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003. Adaptado)

Entre as ideologias que se difundiram no século XIX, a que se relaciona com a Geografia no contexto descrito por Lana de Souza Cavalcanti é a do

- (A) liberalismo econômico.
- (B) nacionalismo patriótico.
- (C) cientificismo positivista.
- (D) evolucionismo social.
- (E) internacionalismo socialista.

40. Lana de Souza Cavalcanti, em pesquisa desenvolvida em 1995 com alunos de, então, 5ª e 6ª séries, escreveu:

Para captar a representação de natureza, perguntei aos alunos o que essa palavra lembrava. Em seguida, pedi que dessem algum exemplo de natureza existente no local da entrevista (sala de aula, sala de biblioteca, pátio da escola). Também perguntei como, na opinião deles, era a relação da sociedade (ou dos homens em geral) com a natureza, o porquê dessa relação, qual a relação deles próprios com a natureza e, por fim, para que servia a natureza.

(CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003. Adaptado)

A autora pôde concluir que a imagem mais expressiva das representações dos alunos a respeito de natureza era a de

- (A) sistema científico, percebido como conjunto de leis, que podiam ser estudadas.
- (B) recurso econômico, entendido como fonte de riqueza e desenvolvimento material.
- (C) contemplação estética, vinculada à perfeição e apreciação de cenários idílicos.
- (D) patrimônio coletivo, reconhecido como algo que pertence a todos e que deve ser preservado.
- (E) paraíso, carregada de conotação religiosa que esta ideia tem junto ao senso comum.

41. O ensino de história e geografia deve ter um cenário avaliativo diferente da prática tradicional, no sentido de que as tarefas avaliativas propostas deverão privilegiar e valorizar, principalmente, expressões singulares de noções de tempo e lugar, construídas pelos estudantes, o aprender a ser e conviver em determinado espaço de pertencimento, a formação de identidades, da própria cidadania.

(ESTEBAN, Maria Teresa. HOFFMANN, Jussara. SILVA, Janssen Felipe. (ORGs). *Práticas Avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo*. Capítulo 3, p. 53 a 64. Mediação. 2013. Adaptado)

Considerando o texto, a melhor forma de acompanhar os(as) estudantes em processos avaliativos deve ocorrer

- (A) mediante a aplicação de provas objetivas, capazes de mensurar de forma homogênea os conhecimentos adquiridos pela turma.
- (B) através de tarefas que permitam a expressão de suas próprias ideias e de suas vivências, preferencialmente em tarefas dissertativas.
- (C) pela valorização da memorização de conteúdos previamente estabelecidos, de modo a garantir que todos apresentem respostas análogas.
- (D) por meio de atividades centradas na reprodução do que foi ensinado em sala de aula, preferivelmente em textos detalhados e descritivos.
- (E) com exercícios objetivos que priorizem a fixação de fatos históricos ou geográficos, preterindo interpretações pessoais e experiências particulares.

42. Cabe ao professor ter parâmetros claros de aprendizagem frente a tarefas e trabalhos, sem cair no risco das tarefas avaliativas desarticuladas de propostas pedagógicas multidimensionais, como testes objetivos, que não lhe permitirão obter indicadores qualitativos necessários para o acompanhamento da evolução de saberes diversos e complexos construídos pelos alunos.

(ESTEBAN, Maria Teresa. HOFFMANN, Jussara. SILVA, Janssen Felipe. (ORGs). *Práticas Avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo*. Capítulo 3, p. 53 a 64. Mediação. 2013. Adaptado)

A respeito do assunto, Hoffmann cita o relato de um professor, o qual diz que ao solicitar aos alunos de 6ª série (hoje 7º ano) que narrassem as histórias de suas famílias, percebeu a grande dificuldade que tinham em realizar tal tarefa. Nesse contexto, para evitar as tarefas objetivas, de acordo com Hoffmann, é necessário que as tarefas avaliativas

- (A) resultem em encaminhamentos interdisciplinares através da mediação conjunta de vários professores, a partir de estratégias pedagógicas que levem os alunos a evoluir em suas aprendizagens de forma harmoniosa.
- (B) sejam planejadas em conjunto com todos os professores, de forma independente das práticas pedagógicas cotidianas, funcionando como instrumentos isolados para medir resultados finais ao longo do processo escolar.
- (C) priorizem o desempenho individual do estudante em tarefas multidisciplinares e competitivas, valorizando a classificação e a hierarquização dos alunos nas diversas disciplinas como forma de estimular maior esforço no aprendizado.
- (D) sejam estruturadas em torno das experiências e vivências do cotidiano dos alunos, preservando as especificidades e a autossuficiência de cada disciplina no desenvolvimento de seus próprios critérios de acompanhamento.
- (E) valorizem as produções criativas dos estudantes, submetendo o processo de aprendizagem ao produto final apresentado em cada atividade, considerando tal produto como referência central da evolução dos saberes e vivências dos alunos.

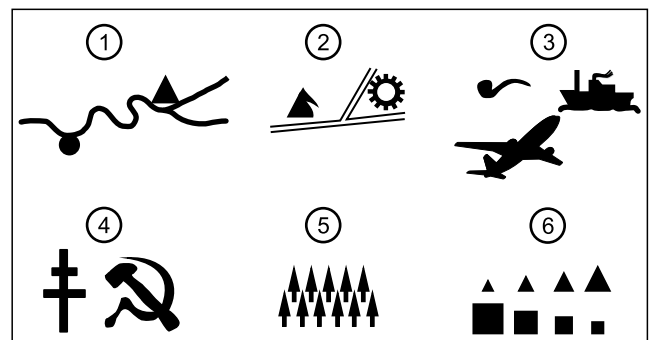
43. Um mapa dá uma imagem incompleta do terreno. Ele nunca é uma reprodução tão fiel como pode sê-lo, por exemplo, uma fotografia aérea. Mesmo o mais detalhado dos mapas é uma simplificação da realidade. Ele é uma construção seletiva e representativa que implica o uso de símbolos e de sinais apropriados. Há muito tempo sabe-se construir globos terrestres e mapas do mundo inteiro. Mas para que sejam cômodos, eles devem ter dimensões reduzidas. Então perdem, em riqueza de detalhes, o que ganham em manuseabilidade. É por isso que, para o uso corrente, preferem-se mapas que tratem apenas de uma parte restrita da superfície terrestre: planos de municípios ou de cidades, cartas topográficas de base ou derivadas, mapas de conjunto de um país ou de um continente.

(JOLY, F. A *Cartografia*. 10 ed. Campinas: Papirus, 2007. Adaptado)

As considerações presentes no texto acentuam a importância primordial, nos mapas,

- (A) da projeção cartográfica.
 - (B) da realidade.
 - (C) do recorte topográfico.
 - (D) da escala.
 - (E) de linguagem específica.
44. Conforme o Glossário Francês de Cartografia, um símbolo é a “representação gráfica de um objeto ou de um fato sob uma forma sugestiva, simplificada ou esquemática, sem implantação rigorosa”. De acordo com suas características específicas, os símbolos dividem-se em várias categorias:

Símbolos cartográficos



- | | |
|--------------------------|----------------------------|
| 1. sinais convencionais; | 4. ideogramas; |
| 2. sinais simbólicos; | 5. símbolos regulares; |
| 3. pictogramas; | 6. símbolos proporcionais. |

(JOLY, F. A *Cartografia*. 10 ed. Campinas: Papirus, 2007. Adaptado)

Pictogramas e ideogramas significam, respectivamente:

- (A) símbolos representativos de um conceito e signos localizadores de posição determinável.
- (B) símbolos quantitativos de dimensão variável e símbolos figurativos reconhecíveis.
- (C) símbolos de repetição regular de um elemento e símbolos esquemáticos de posição real.
- (D) signos localizadores de posição determinável e símbolos quantitativos de dimensão variável.
- (E) símbolos figurativos facilmente reconhecíveis e símbolos representativos de um conceito.

45. Os dois terços da superfície da terra submersa nas águas oceânicas eram praticamente desconhecidos até duas décadas atrás. As pesquisas geológicas e de oceanografia física permitiram grande avanço no conhecimento a respeito do relevo, da litologia e da dinâmica geotectônica do fundo oceânico. O entendimento do relevo do fundo oceânico, tal como hoje se apresenta, deve levar em conta dois fatores importantes: a profundidade e as formas predominantes. Desse modo, divide-se o relevo em três grandes unidades.

(ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.) *Geografia do Brasil*. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2005. Adaptado)

As três grandes unidades do relevo oceânico referidas por Ross, são:

- (A) plataforma continental, fossas oceânicas e planaltos cristalinos.
- (B) talude continental, dorsais continentais e escudos submarinos.
- (C) margem continental, bacias oceânicas e sistemas de cordilheiras mesoceânicas.
- (D) plataforma oceânica, dorsais continentais e planícies abissais.
- (E) planalto oceânico, escudos continentais e conjuntos de fossas abissais.

46. A extração de minerais nobres concentra-se principalmente nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Pará, Mato Grosso e Rondônia.

(ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.) *Geografia do Brasil*. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2005. Adaptado)

A geologia antiga e estável do Brasil está relacionada à distribuição de minerais nobres como ouro, prata, platina e diamante, entre outros, e explica por que essas jazidas se concentram em certos estados e não em outros. A extração de minerais nobres está associada basicamente às áreas de

- (A) planícies sedimentares recentes, onde a deposição de materiais finos favoreceu a formação de grandes jazidas minerais.
- (B) terrenos cristalinos do Pré-Cambriano, em áreas de bacias sedimentares paleozoicas que permitiram a concentração de minerais nobres.
- (C) dobramentos antigos, correspondentes aos cinturões orogênicos e às intrusões ígneas que possibilitaram a mineralização.
- (D) depressões periféricas e de terrenos quaternários, que acumularam minerais nobres ao longo de sua formação geológica.
- (E) planaltos formados por rochas sedimentares mesozoicas, cuja erosão propiciou a concentração de jazidas de ouro e diamantes.

47. Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos.

(SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2008)

De acordo com Milton Santos, um objeto não é determinado por outro objeto, isto é, não é a mera presença de um objeto que define a presença do outro. O que determina os objetos

- (A) é a relação entre produção e circulação, em que os objetos se configuram como reflexo das demandas globais do mercado.
- (B) é o espaço, visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e acionados segundo uma racionalidade.
- (C) é a sucessão histórica dos objetos, já que a presença de um novo objeto se explica pela evolução direta dos anteriores.
- (D) é a paisagem, que define o arranjo dos objetos de maneira progressiva, tornando o espaço um palco para a evolução das técnicas.
- (E) é a técnica, compreendida como rede imaterial que estabelece as relações entre os objetos do passado e do presente.

48. Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum.

(SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2008. Adaptado)

De acordo com Milton Santos, os lugares complexos geralmente coincidem com

- (A) as regiões.
- (B) cidades internacionais.
- (C) polos tecnológicos.
- (D) as metrópoles.
- (E) as redes.

49. A geografia crítica escolar não consiste na mera reprodução nas escolas elementar e média daquilo que foi anteriormente elaborado pela produção universitária crítica. Isso até pode ocorrer, mas não é – e nunca foi – o essencial ou mesmo a regra geral.

(VESENTINI, José Willian (Org.). *Ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2007. Adaptado)

De acordo com José Willian Vesentini, existe uma ideia de que a geografia, na educação básica, deve simplificar e reproduzir os conteúdos produzidos nas universidades, o que acaba por gerar currículos que são, muitas vezes, impraticáveis. Para esse autor, o fundamental para a geografia que se ensina nas escolas é

- (A) adotar um currículo que seja uniforme e didático para todas as escolas do país.
- (B) adaptar a linguagem acadêmica de acordo com o nível dos estudantes, sem alterar o conteúdo.
- (C) manter a neutralidade e a objetividade, evitando discutir questões acadêmicas.
- (D) focar em conceitos de geografia física, considerada a base do conhecimento geográfico.
- (E) levar em conta a realidade dos alunos e os problemas de sua época e lugar.

50. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram elaborados em 1997 – 1998 pelo governo federal que se instalou em Brasília em 1995 e ficou até 2002. Esse governo procurou centralizar uma série de procedimentos e decisões no sistema escolar. Como exemplos dessa centralização, tem-se os PCNs e o Enem, o Exame Nacional para o Ensino Médio.

(VESENTINI, José Willian (Org.). *Ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2007. Adaptado)

Os PCNs acabaram por se sobrepor a guias ou propostas curriculares estaduais ou municipais, e seu grande mérito foi

- (A) enfatizar a interdisciplinaridade e os temas transversais como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e saúde.
- (B) incentivar a autonomia das escolas na elaboração de seus próprios currículos, resultando em diversidade de abordagens pedagógicas.
- (C) reforçar o estudo detalhado das disciplinas tradicionais, como matemática, português, história, geografia e ciências nos anos finais.
- (D) propor uma abordagem técnica, focada na memorização de disciplinas isoladas, o que facilitou a avaliação em larga escala.
- (E) organizar o currículo nacional em torno da avaliação padronizada, tomando o Enem como eixo estruturador principal.

